

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 1419/2023

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DIAGNÓSTICOS (CARDIOLOGIA, NEUROLOGIA)** para atender a demanda da Central de Regulação, Controle e Avaliação, conforme condições, especificações, exigências estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. REQUISITANTE: Central de Regulação, Controle e Avaliação;

1.3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Pregão Eletrônico via registro de preços, com base na Lei nº 10.520/2002 c/c Lei 8.666/93 c/c Decreto Federal nº 10.024/2019 c/c Decreto Municipal nº 599/2020;

1.4. PERÍODO: 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

1.5. TIPO: Menor Preço por Lote, nos termos da Lei 8666/93;

2. DO QUANTITATIVO

2.1. A tabela abaixo descreve detalhadamente o serviço objeto deste Termo de Referência:

| ITEM | CATSER | | U/C | QUANT. |
|------|--------|--|-----|--------|
|------|--------|--|-----|--------|

| | | DESCRIÇÃO DO SERVIÇO | | |
|--|------|---|--------------|------------|
| LOTE 1 - DIAGNÓSTICO EM CARDIOLOGIA | | | | |
| 1 | 6521 | MONITORAMENTO PARA O SISTEMA HOLTER 24H - 3 CANAIS | EXAME | 376 |
| 2 | 6718 | MONITORAÇÃO DE PRESSÃO ARTERIAL (MAPA) | EXAME | 240 |
| 3 | 6505 | TESTE DE ESFORÇO/TESTE ERGOMÉTRICO | EXAME | 301 |
| LOTE 2 - DIAGNÓSTICO EM NEUROLOGIA | | | | |
| 4 | 7021 | ELETROENCEFALOGRAMA EM VIGILIA E/OU SONO ESPONTÂNEO COM OU SEM FOTOESTÍMULO | EXAME | 246 |
| 5 | 6971 | ELETROENCEFALOGRAMA QUANTITATIVO COM MAPEAMENTO | EXAME | 101 |
| 6 | 6912 | ELETRONEUROMIOGRAFIA | EXAME | 828 |
| 7 | 6980 | POLISSONOGRAMA | EXAME | 41 |

2.2. O quantitativo arrolado acima foi baseado na requisição de compras da Unidade Requisitante que será contemplada com o objeto do presente feito.

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo a contratação de empresa especializada em exames diagnósticos para atender as necessidades dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

3.2. O serviço em apreço justifica-se por sua essencialidade, haja vista a necessidade de se alcançar um diagnóstico célere para a conclusão e/ou encaminhamento do paciente para tratamento e/ou reabilitação.

3.3. Os procedimentos relacionados a exames de diagnósticos em Diagnósticos em Cardiologia e Diagnóstico em neurologia foram frustrados no Chamamento Público nº 002/2020, autuado sob o Processo administrativo nº 2098/2019,

3.4. Cabe informar que os procedimentos relacionados no item 2.1 desde Termo de Referência já foram contratados por este município através do Processo administrativo nº 13069/2022, último procedimento licitatório para a presente contratação, conforme se comprova por parte do termo de referência acostado aos autos às fls.12/15.

3.5. A Gerência de Regulação, Controle e Avaliação para fins de comprovação do quantitativo de exames solicitados, realizou o levantamento dos dados no sistema SIA/SUS do Ministério da Saúde, dos procedimentos realizados no período de 12 (doze) meses, acostando aos autos às fls. 06/11 planilhas demonstrativas com memória de cálculo referente ao período de novembro de 2021 a outubro de 2022.

3.6. A Unidade Requisitante esclareceu em sua justificativa às fls. 03/04, que os procedimentos que no período apresentado na planilha de memória de calculo, não tiveram execuções ou que tiveram, porém com demanda inferior à 12 (doze) exames/ano, os mesmos foram arredondados a um quantitativo total de 12 (doze) procedimentos ano, visando assegurar o acesso do usuário que venham a necessitar da utilização de tais procedimentos.

3.7. Há que ressaltar que todos os procedimentos constantes no presente Termo de Referência são essenciais para o fechamento de um diagnóstico seguro aos usuários do Sistema Único de Saúde, e que a presente contratação é extremamente necessária para a manutenção da oferta destes procedimentos, uma vez que o município de Nova Friburgo não possui estrutura para oferecer os serviços, ora contratados.

3.8. Ademais a opção pelo Sistema de Registro de Preços – SRP tem como um de seus objetivos principais o princípio da Economicidade, que em termos práticos significa ganhos



reais na economia de recursos financeiros, uma vez que a contratação poderá ser gradativa, de acordo com a necessidade da Administração.

3.9. Tal contratação atenderá a demanda do município de Nova Friburgo pelo período de 12 (doze) meses.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 4.1.** Não poderão participar do procedimento as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;
- 4.2.** As empresas em recuperação judicial poderão participar do referido procedimento desde que comprovada, ainda na fase de habilitação, sua viabilidade econômica, o que se dará através da apresentação da aprovação e homologação do plano de recuperação judicial, conforme preleciona o art. 58 da Lei nº 11.101/2005.
- 4.3.** Não poderão participar, ainda, os servidores de qualquer órgão ou entidades vinculadas ao Município de Nova Friburgo, bem como as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.
- 4.4.** Poderão participar do processo de contratação as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado.
- 4.5.** As comprovações das exigências de habilitação definidas nos artigos 30 e 31 da Lei nº 8.666/93 e alterações deverão ser acrescidas das seguintes exigências: alvará sanitário vigente compatível com as atividades que serão prestadas, existência de médico



Responsável Técnico registrado no CRM portador de título de especialista em radiologia, demonstrada por certidões de responsabilidade técnica junto à Vigilância Sanitária e aos Conselhos de Classe aplicáveis, inscrição atualizada no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde–CNES, demonstrando compatibilidade com o objeto desta contratação.

4.6. Será permitida a participação somente dos estabelecimentos de saúde que efetivamente se encontrem em atividade e com capacidade técnica para prestar os serviços, ora contratados, bem como sediados no município de Nova Friburgo, ou que ofereça estrutura completa no município para a efetiva prestação dos serviços, evitando, desta forma, o deslocamento dos usuários para cidades e/ou municípios vizinhos.

4.7. Os serviços definidos neste Termo de Referência serão realizados nas dependências da CONTRATADA.

5. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. Não poderá haver qualquer distinção entre o atendimento realizado aos pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS, dos demais pacientes atendidos pela contratada.

5.2. A contratada responderá exclusiva e integralmente pela utilização de pessoal para execução do objeto contratado, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, ou comercial, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo.

5.3. Caberá a CONTRATADA a contratação de recursos humanos próprios (profissionais médicos e de enfermagem) conforme o nível de complexidade e critérios para composição de quadro mínimo de profissionais necessários para a execução dos procedimentos, inclusive para desinfecção/esterilização dos materiais, durante toda a vigência do contrato, não sendo permitida a inexecução do objeto por falta de recursos humanos.

- 5.4.** A execução dos atendimentos deverá ser realizada por meio de profissionais capacitados responsabilizando-se por quaisquer danos causados pelos mesmos aos pacientes, decorrentes de omissão, negligência, imperícia ou imprudência.
- 5.5.** A contratada manter –se – a, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as condições exigidas nesse instrumento.
- 5.6.** Não poderá haver por parte da contratada qualquer obstáculo ou impedimento às vistorias técnicas que poderão ser realizadas pela Secretaria Municipal de Saúde.
- 5.7.** A produção dos serviços prestados pela contratada deverá ser registrada e apresentada, até o 5º dia útil, mensalmente para a conferência pelo setor responsável.
- 5.8.** Para fins da conferência a contratada deverá apresentar as solicitações médicas devidamente autorizadas pela Central de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde bem como apresentar em anexo cópia do laudo do procedimento realizado devidamente assinado.
- 5.9.** A Contratada deverá encaminhar as requisições, laudos e relatórios mensais (em meio digital e papel), contendo nome do paciente, senha de autorização, número do documento de identificação, data da realização dos exames e assinatura do paciente ou responsável.
- 5.10.** A Gerência de Controle e Avaliação realizará o acompanhamento da produção, bem como dos valores relativos aos procedimentos a serem faturados.
- 5.11.** A eventual cobrança de qualquer valor excedente dos pacientes ou seus responsáveis acarretará na imediata rescisão do contrato e sujeito à declaração de inidoneidade e

responsabilização cível e criminal.

5.12. A contratada deverá apresentar a relação nominal dos profissionais que compõem a equipe técnica, informando nome, CPF, carga horária semanal, cargo, função e número da inscrição nos respectivos conselhos profissionais, quando solicitado.

6. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 6.1.** Período de 12 (doze) meses, atendendo ao quantitativo definido conforme o item 2 deste Termo de Referência.
- 6.2.** A execução dos serviços será iniciada imediatamente após a emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura do instrumento contratual.
- 6.3.** A Contratada deverá ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo.
- 6.4.** Os atendimentos aos exames, a nível ambulatorial, serão autorizados pela Central de Regulação, Controle e Avaliação e agendadas pela Contratada.
- 6.5.** Nos casos de pacientes internados, a solicitante deverá responsabilizar-se pelo contato junto à Contratada, informando as condições físicas e clínicas do paciente, bem como se responsabilizando pelo transporte deste.
- 6.6.** Após a realização do exame, a Contratada deverá emitir e entregar o laudo do exame ao paciente ou acompanhante no prazo de 05 a 15 dias úteis.



- 6.7.** Os laudos deverão ser assinados por Responsável Técnico competente para tal, e devidamente reconhecido pelo CRM ou CFM. Os laudos deverão ser detalhados e com o descritivo que o serviço é custeado pelo Município de Nova Friburgo.
- 6.8.** A Contratada deverá dispor de sistema para envio dos laudos em meio físico e eletrônico.
- 6.9.** Exames com patologias deverão possuir quantificação e mensuração. Os laudos que não forem satisfatórios ao profissional solicitante deverão ser repetidos pela Contratada, sem custos ao Município.
- 6.10.** A aceitação provisório ou definitiva dos serviços não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 6.11.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 6.12.** A Contratada terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da data de realização do exame, para enviar o banco de dados de produção à Central de Regulação, Controle e Avaliação.
- 6.13.** A Contratada deverá responsabilizar-se pelo arquivamento das informações relativas à realização dos serviços contratados (requisições e laudos) em seu estabelecimento, assim como a aquisição e fornecimento de todos os insumos necessários.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 7.1.** As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme

especificado a seguir:

| | | |
|-------|-----------------------|--|
| 7.1.1 | Elemento de Despesa: | 33.90.39.59 |
| 7.1.2 | Fonte de Recurso: | 1600 |
| 7.1.2 | Programa de Trabalho: | 30001.10.302.0087.2.216 (Central de Regulação, Controle e Avaliação) |

- 7.2. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do **Fundo Municipal de Saúde de Nova Friburgo – CNPJ 11.399.442/0001-79**
Endereço: Avenida Alberto Braune, 224, 2º andar/sala 221 – Centro/NF-CEP 28613-000.

8. DA CONTA VINCULADA

- 8.1. Os serviços descritos no presente instrumento não serão referenciados à conta vinculada visto que são de natureza contínua **SEM** dedicação exclusiva de mão de obra.

9. DA LIQUIDAÇÃO

- 9.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto 258 de 27 de setembro de 2018 c/c com o Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento da despesa será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 258 de 27 de Setembro de 2018, c/c com o Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam válidas e regulares:

10.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;

10.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

10.1.3. FGTS;

10.1.4. PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;

10.1.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;

10.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS.

10.2. A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o **CONTRATANTE** efetuar o pagamento do valor devido.

10.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

11. DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.



11.2. Para o acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, ficam designados os servidores abaixo indicados:

| SERVIDOR | MATRÍCULA | DESIGNAÇÃO |
|---|-----------|--------------------|
| GILMARA GUIMARÃES DE SOUZA | 062.870 | GESTORA TITULAR |
| DIANA ROQUE ECARD | 063.230 | GESTORA SUBSTITUTA |
| | | |
| RÔMULO DEBOSSAN CORREA | 062.396 | SUPERIOR IMEDIATO |
| TATHYANA MARQUI DA SILVA GOMES DOS SANTOS | 299.471 | FISCAL TITULAR |
| JULIANA DE AZEVEDO SIQUEIRA | 062.347 | FISCAL SUBSTITUTA |

11.3. O(s) fiscal(is) do contrato anotar(á) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do serviço, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

11.5. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

11.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Em cumprimento às suas obrigações, cabem à CONTRATADA, além das obrigações constantes das Condições da Prestação de Serviços e daquelas estabelecidas em lei, sobre licitações:

12.1.1. Executar o serviço objeto deste contrato em estrito acordo com as disposições do Termo de Referência e discriminação da proposta;

12.1.2. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao órgão ou entidade contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;

12.1.3. Não realizar associação com outrem, bem como cessão ou transferência total ou parcial do Contrato firmado com a Contratante, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem prévia e expressa anuência da Contratante;

12.1.4. Designar preposto para atender aos chamados e exigências da Contratante;

12.1.5. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, ou quaisquer outros que vierem a substituí-los, alterá-los ou complementá-los;

12.1.6. Responsabilizar-se pela disciplina de seus empregados durante a jornada de trabalho e comprometer-se que os mesmos manterão o devido respeito e cortesia, no relacionamento com os usuários, bem como com os servidores da CONTRATANTE;

12.1.7. Executar os serviços obedecendo rigorosamente às especificações constantes neste Termo de Referência;

12.1.8. Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.1.9. Substituir os materiais e equipamentos considerados inadequados;

12.1.10. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.1.11. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual- EPI, quando for o caso;

12.1.12. Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e à prevenção de acidentes;

12.1.13. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

12.1.14. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

12.1.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.1.16. Não paralisar a prestação dos serviços, por quaisquer motivos, sem aviso prévio de 15 (quinze) dias à Contratante.

13. DA FORMA DE EXECUÇÃO

13.1. A execução do objeto será direta, por Menor Preço por Lote, nos termos da Lei 8.666/93.

14. A CONTRATADA FICARÁ SUJEITA AS SEGUINTE CONDICOES

14.1. Executar os serviços de acordo com este Termo de Referência.

14.2. Reserva-se o CONTRATANTE o direito de controlar periodicamente a qualidade dos serviços, com objetivo de verificar se os serviços estão dentro dos padrões estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

14.3. A empresa vencedora do certame aceitará nas mesmas condições e preços os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até o limite de 25% do valor inicial da contratação para o objeto definido neste termo de referência.

14.4. Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

15. DAS OBRIGACOES DA CONTRATANTE

15.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

15.1.1. Fiscalizar a execução dos serviços, através de profissional designado para este fim, em conformidade com o contrato;

15.1.2. Proibir que a CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas;

15.1.3. Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços contratados;



15.1.4. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada;

15.1.5. Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos à contratada;

15.1.6. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

15.1.7. Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no edital;

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

16.1.1. Comete infração administrativa a contratada que:

- Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- Apresentar documentação falsa;
- Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Não mantiver a proposta;
- Cometer fraude fiscal;



- Comportar-se de modo inidôneo;

16.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME e EPP, ou conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação mesmo após o encerramento da fase de lances;

16.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

16.3.1. Advertência;

16.3.2. Multa:

16.3.2.1. Compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

16.3.2.2. Compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

16.3.2.3. Moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;



16.3.2.4. Moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

16.3.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

16.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

16.4 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

16.5 As sanções de advertência, de suspensão temporária de participação em licitação e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

16.6 A aplicação de advertência de suspensão temporária de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

17. DA RESCISÃO

17.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

17.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

17.2.1. Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem Justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Saúde.

17.2.2. O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde.

17.4. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

18. DO FORO

18.1. Fica eleito o Foro Municipal da Comarca de Nova Friburgo/RJ com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do certame, que não puderem ser solucionados administrativamente.

Nova Friburgo/RJ, 27 de junho de 2023.

Termo de Referência elaborado por:

Gilmara Guimarães de Souza
Gestão de Processos, Contratos e Convênios
Matrícula 062.870

Ratifico o teor do presente Termo de Referência, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993.

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula 106.137